

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

HISTÓRICO (de 1827 a 1997)

SUMÁRIO

Dados Históricos
Personalidades Célebres
Professores Falecidos e Aposentados
Organização da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Departamentos
Organização dos Estudos e Programa
Biblioteca e Publicações
Serviço Técnico de Imprensa
Cursos Extra-Curriculares e de Difusão Cultural
Convênios e outras atividades
Serviço de Aproximação Docente e Profissional (SADP)
Setor de Extensão e Pesquisas Universitárias e Bolsas
Serviços de Informática
Serviços à Comunidade
Organizações Estudantis

1 Dados Históricos

A idéia de criação de um curso jurídico no Brasil surgiu em 1822, logo após a Independência. Em 1823, D. Pedro I instalou a Assembléia Constituinte para elaborar a primeira Constituição brasileira. Ao fim desse ano, foi dissolvida a Assembléia e em 1824 foi outorgada a primeira Constituição.

Os estudantes que desejavam cursar uma escola de Direito, até então, tinham de ir a Coimbra, em Portugal. A proposta de criação de um curso jurídico

surgiu com José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, membro do Parlamento.

Pela Lei de 11 de agosto de 1827, o imperador D. Pedro I criou os dois primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e outro na de Olinda, no Estado de Pernambuco.

A Academia do Largo de São Francisco foi inaugurada em 1º de março de 1828, pouco tempo antes de sua irmã de Olinda.

A Faculdade de Direito de São Paulo instalou-se inicialmente no Convento de São Francisco que, com a concordância dos frades franciscanos e por Decreto Imperial de 11 de agosto de 1827, foi escolhido para abrigar os Cursos Jurídicos. No início de sua história, o Convento e a Escola estavam juntos. Os estudantes chegavam até as classes entrando pela sacristia e era o sino da igreja que os chamava para as aulas. O prédio antigo foi demolido na década de 1930, para dar lugar ao prédio atual, inaugurado em 1934, com 11 mil metros quadrados de área, em quatro pavimentos, onde se localiza o tradicional Salão Nobre e a Sala dos Estudantes.

No pátio interno situam-se as tradicionais Arcadas, que identificam a própria Faculdade e reproduzem em pedra e cimento aquelas arcadas primitivas, de barro socado, da velha Academia.

Há, também, na Faculdade, outro pátio interno, onde existe um túmulo construído em 1842, por iniciativa dos estudantes. Segundo a tradição, encontra-se ali sepultado Júlio Frank, professor de História e Geografia do Curso Anexo à Faculdade de Direito e fundador da Burschenschaft, a Bucha, sociedade secreta da Faculdade de Direito, que durante vários anos influenciou na política brasileira. Consta que figuravam entre seus componentes alunos que se tornaram cidadãos ilustres como Ruy Barbosa, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Afonso Arinos, Bernardino de Campos e outros.

Desde a sua criação até sua incorporação à Universidade de São Paulo, a Faculdade de Direito pertenceu ao governo central, primeiro, monárquico e, depois, republicano. Na verdade, a incorporação antecipou-se um pouco ao Decreto que formalizou a transferência, assinado por Getúlio Vargas somente em 10 de agosto de 1934 (Decreto Federal n. 24.102, de 1934).

Atrás do prédio antigo, foi construído o Edifício de Apoio, com frente para a Rua Riachuelo, n. 185, com dezoito pavimentos, dois de garagem, com a área

área global de 8.726 metros quadrados, onde está localizado o Auditório de Apoio e a Livraria da Editora da USP - EDUSP.

Em 02 de março de 1995, foi inaugurada uma Passarela que une o edifício antigo ao novo, com 72,5 metros quadrados.

O primeiro Diretor da Faculdade de Direito foi Arouche de Toledo Rendon e o primeiro Reitor da Universidade de São Paulo foi o Prof. Reinaldo Porchat, também da Faculdade de Direito. Os demais reitores da USP pertencentes à Faculdade de Direito foram: Jorge Americano, Miguel Reale (duas vezes), Ernesto de Moraes Leme, Luiz Antonio da Gama e Silva e Alfredo Buzaid. O atual Diretor é o Prof. Álvaro Villaça Azevedo.

2 Personalidades célebres

Pela Faculdade de Direito passaram estudantes que, posteriormente, tornaram-se personalidades destacadas na vida brasileira, sendo um dos mais notáveis Ruy Barbosa. A Faculdade realmente teve um papel preponderante na história das instituições políticas e sociais do Brasil, pois por ela passaram nove presidentes da República: Prudente de Moraes, Campos Salles, Afonso Pena, Rodrigues Alves, Delfim Moreira, Wenceslau Brás, Artur Bernardes, Washington Luiz e Jânio Quadros. E governaram São Paulo, após a República, doze governadores, também formados pela Faculdade do Largo de São Francisco, desde Américo Brasiliense, passando por Jânio Quadros, Abreu Sodré, até Franco Montoro. Também no Parlamento e no Judiciário a presença dos antigos alunos das Arcadas tem sido da mais alta expressão. Grandes poetas também passaram pelas Arcadas e são lembrados pelos seus versos e por suas vidas atribuladas como Castro Alves, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela; romancistas, como José de Alencar, Bernardo Guimarães; oradores, como José Bonifácio; parlamentares, como Joaquim Nabuco, João Mendes (pai) e Ulisses Guimarães; juristas, como Pimenta Bueno, Barão de Ramalho, diplomatas, como Barão do Rio Branco, e jornalistas, como Pedro Taques de Almeida Alvim, Júlio de Mesquita, Rangel Pestana.

Desde sua fundação até o final do século passado, as circunstâncias sociais mantiveram preconceituosa resistência à admissão de mulheres nos cursos da Faculdade. Contudo, enfrentando os preconceitos da época, em 1902 formou-se a primeira advogada brasileira, Maria Augusta Saraiva. Hoje o número de alunas é praticamente igual ao dos alunos do sexo masculino.

Aos poucos, a Faculdade de Direito tornou-se o principal centro da vida cultural, social e cívica do País e vários jornais de expressão regional ou mesmo nacional nasceram nessa época do início dos Cursos Jurídicos, quase todos voltados à causa da República, como o "*Farol Paulistano*" e o "*Correio Paulistano*"

Mas não-só de glórias passadas vive a Velha Academia do Largo de São Francisco. A Revolução Constitucionalista de 1932 tem seu testemunho no Pátio das Arcadas, com o Monumento ao Soldado Constitucionalista, lembrança dos alunos da Faculdade que lutaram e morreram pela liberdade. Durante o período da ditadura Vargas, até 1945, as Arcadas abrigaram um corajoso e ativo centro de resistência democrática.

Com a criação dos cursos de pós-graduação, o espaço destinado aos estudantes ficou menor e se cogitou, como já ocorrera antes, da mudança para a Cidade Universitária. Contudo a grande maioria foi contrária a essa transferência, uma vez que toda a infra-estrutura jurídica estava concentrada no centro da cidade (os tribunais e grande número de escritórios de advocacia) e os alunos e professores não queriam estar distantes dos locais de trabalho. Além de tudo, mais de um século e meio de ativa presença no Largo de São Francisco deram significado histórico ao local.

Na época do sesquicentenário da criação dos Cursos Jurídicos foi construído, em frente à Faculdade, um trecho de calçada ampla, considerada "território livre" com uma tribuna, permitindo a parada de pedestres para ouvir discursos e para haver a divulgação livre de opiniões ao povo.

No cenário jurídico, político e intelectual brasileiro, continua marcante a contribuição de ex-alunos da Faculdade, presentes na advocacia, no Parlamento, no Judiciário, na diplomacia, no jornalismo e na liderança da vida política brasileira. É relevante o número de personalidades que se destacam, como, por exemplo, o Prof. Emérito Goffredo da Silva Telles Júnior, constituinte em 1946 e autor da célebre "*Carta aos Brasileiros*": manifesto político para a volta do País ao Estado de Direito, lido no pátio da Faculdade em 8 de agosto de 1977, por ocasião das comemorações do sesquicentenário de criação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Mais recentemente, ainda, a Assembléia Nacional Constituinte, de 1987, contou com a colaboração de juristas docentes da Faculdade de Direito, despontando já novas lideranças políticas das gerações mais recentes das Arcadas. Merece, também, ser analisado o estreito relacionamento da Faculdade de Direito com o Poder Judiciário do Estado. Os juízes paulistas, na maioria, trazem a herança

das lições das Arcadas. Inúmeros ex-alunos do Largo de São Francisco tiveram e têm assento no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais Superiores da Federação e dos Estados. Assim, também na advocacia, no Ministério Público, nas procuradorias e defensorias públicas, nas carreiras policiais e, no setor privado das empresas, a posição destacada dos antigos alunos da Faculdade tem sido constante.

3 Professores Honorários

Ruy Barbosa (1849-1923), Clóvis Bevilacqua (1859-1944), Francisco Mendes Pimentel (1869-1957), José Xavier Carvalho de Mendonça (1861-1930), Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda (1892-1979), Miguel Seabra Fagundes (1910-1993).

3-1 Professores Eméritos

João Braz de Oliveira Arruda (1861-1942), Cândido Nazianzeno Nogueira da Mota (1870-1942), José Manoel de Azevedo Marques (1864-1945), Francisco Antonio de Almeida Morato (1868-1948), José Upiano Pinto de Souza (1869-1957), Reinaldo Porchat (1868-1957), Antonio de Sampaio Dória (1883-1965), Waldemar Martins Ferreira (1885-1965), Lino de Moraes Leme (1888-1969), Jorge Americano (1891-1969), Honório Fernandes Monteiro (1894-1969), Antonio Ferreira de Almeida Júnior (1892-1971), Noé Azevedo (1896-1972), Nicolau Nazo (1895-1974), Alvino Ferreira Lima (1888-1975), Cândido Motta Filho (1897-1977), Vicente Ráo (1892-1978), Sylvio Mutshito Marcondes Machado (1906-1980), José Carlos de Ataliba Nogueira (1901-1983), Moacyr Amaral Santos (1902-1983), Alexandre Correia (1890-1984), Ernesto de Moraes Leme (1896-1986), Mario Masagão (1899-1979), Basileu Garcia (1905-1986), Joaquim Canuto Mendes de Almeida (1906-1990), Antonio Ferreira Cesarino Junior (1906-1993), Washington de Barros Monteiro, João Baptista de Oliveira e Costa Júnior, Miguel Reale, Celso Neves.

4 - Organização da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

A Faculdade de Direito, desde 1934, foi incorporada à Universidade de São Paulo e atualmente é constituída por nove departamentos, além de alguns Institutos a eles coligados.

O diretor atual da Faculdade de Direito da USP é o Prof. Dr. Álvaro Villaça Azevedo, titular do Departamento de Direito Civil. A vice-diretora é a Profa. Dra. Odete Medauar, titular do Departamento de Direito do Estado.

O órgão máximo da Faculdade de Direito da USP é a Congregação, composta de: diretor, vice-diretor, presidente da Comissão de Graduação, presidente da Comissão de Pós-Graduação, presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária, presidente da Comissão de Pesquisa, chefes de departamentos, todos os professores titulares, parte dos professores associados e parte dos professores doutores, um representante dos assistentes, um representante dos auxiliares de ensino e alguns representantes dos discentes e dos funcionários não-docentes.

Outros colegiados que compõem a administração superior da Faculdade são o Conselho Técnico Administrativo, a Comissão de Graduação, a Comissão de Pós-Graduação, a Comissão de Cultura e Extensão Universitária e a Comissão de Pesquisa. Além disso, há, também, algumas comissões de âmbito administrativo que assessoram a Diretoria em matérias especializadas.

5 Departamentos

Direito Civil

Corpo Docente: Titulares: José Carlos Moreira Alves; Yussef Said Cahali, Antonio Junqueira de Azevedo, Fábio Maria De-Mattia, Álvaro Villaça Azevedo, Carlos Alberto Bittar, Eduardo César Silveira Vita Marchi, Rui Geraldo Camargo Viana; *Associados:* Carlos Alberto Dabus Maluf; Sérgio Carlos Covello; *Doutores:* Teresa Ancona Lopez, Alcides Tomasetti Júnior, Silmara Juny de Abreu Chinelato e Almeida, Daisy Gogliano, Custódio da Piedade Ubaldino Miranda, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Paulo Guilherme de Almeida, Roberto João Elias, Olavo Acyr de Lima Rocha, Nestor Duarte, José Luis Gavião de Almeida, Ignácio Maria Poveda Velasco.

Direito Comercial

Corpo Docente: Titulares: Fábio Konder Comparato, Luiz Gastão Paes de Barros Leães, Waldírio Bulgarelli; *Associados:* Newton de Lucca, Rachel Sztajn, Mauro Rodrigues Penteado; *Doutores:* Paulo Salvador Frontini, Vera Helena de Mello Franco, Newton Silveira, Priscila Maria Pereira Corrêa da Fonseca, Antonio Martin, José Alexandre Tavares Guerreiro, Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa; *Assistente:* Carlos Alberto Senatore.

Direito do Trabalho

Corpo Docente: Titulares: Amauri Mascaro Nascimento, Octávio Bueno Magano, Cássio de Mesquita Barros Júnior; *Doutores:* Walküre Lopes Ribeiro da Silva, Annibal Fernandes, Nelson Mannrich; *Assistente:* João Carlos Casella; *Auxiliares de Ensino:* Octávio Pinto e Silva.

Direito do Estado

Corpo Docente: Titulares: Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Dalmo de Abreu Dallari, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Odete Medauar; *Associados:* Eduardo Lobo Botelho Gualazzi, Edmir Netto de Araújo, Enrique Ricardo Lewandowsky, Anna Cândida da Cunha Ferraz, Mônica Herman Salem Caggiano; *Doutores:* Fernanda Dias Menezes de Almeida, Sebastião Botto de Barros Tojal, Carlos Borges de Castro e Sérgio Rezende de Barros; *Assistentes:* Anna Maria Martins e Eunice Aparecida de Jesus Prudente.

Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia

Corpo Docente: Titulares: Miguel Reale Júnior, Vicente Greco Filho, Ivette Senise Ferreira; *Associado:* Antonio Luiz Chaves Camargo; *Doutores:* Octávio Leitão da Silveira, Alvíno Augusto de Sá, José Lopes Zarzuela, Irene Batista Muakad, Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, Marcelo Fortes Barbosa; *Assistentes:* André Luiz de Mesquita, David Teixeira de Azevedo, Sérgio Salomão Shecaira.

Direito Processual

Corpo Docente: Titulares: José Ignácio Botelho de Mesquita, Ada Pellegrini Grinover, Cândido Rangel Dinamarco, Antonio Carlos de Araújo Cintra, Rogério Lauria Tucci; *Associados:* Rodolfo de Camargo Mancuso, José Rogério Cruz e Tucci, Luiz Carlos de Azevedo, Antonio Scarance Fernandes, Antonio Magalhães Gomes Filho; *Doutores:* Sérgio Marcos de Moraes Pitombo, Kazuo Watanabe,

Antonio Carlos Marcato, Walter Piva Rodrigues, Roque Komatsu, Carlos Alberto Carmona, José Roberto dos Santos Bedaque; *Assistentes*: José Raul Gavião de Almeida e Antonio Claudio da Costa Machado.

Direito Econômico e Financeiro

Corpo Docente: Titulares: Eros Roberto Grau, Fábio Nusdeo, Regis Fernandes de Oliveira ; *Associado*: Yonne Dolácio de Oliveira; *Doutores*: Gerd Willi Rothmann, Paulo Roberto Cabral Nogueira, José Tadeu de Chiara, José Antonio de Andrade Martins, Paulo Celso Bergstrom Bonilha, Estevão Horvath; *Assistentes*: Humberto Marques Filgueiras e José Maurício Conti.

Direito Internacional

Corpo Docente: Titulares: Luiz Olavo Baptista, João Grandino Rodas e Guido Fernando Silva Soares; *Associados*: José Roberto Franco da Fonseca, José Carlos de Magalhães, Hermes Marcelo Huck, Paulo Borba Casella; *Doutores*: Georgette Nacarato Nazo, Araminta de Azevedo Mercadante, Masato Ninomiya, Maristela Basso; *Assistente*: Elisabeth de Almeida Meirelles.

Filosofia e Teoria Geral do Direito

Corpo Docente: Titulares: Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Celso Lafer; *Associados*: José Eduardo Campos de Oliveira Faria, Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos, Antonio Carlos de Campos Pedroso, Alaor Caffé Alves; *Doutores*: Nelson Ferreira de Carvalho, Wilson Hilário Borges, José Reinaldo de Lima Lopes, Ari Marcelo Solon; Alberto do Amaral Júnior, Maria Tereza Leopardi Mello; *Assistentes*: Lídia Reis de Almeida Prado, Antonio Carlos Mendes, Eduardo Domingos Botallo.

6 - Organização dos Estudos e Programa

6.1 - Curso de Graduação Os candidatos ingressam na Faculdade de Direito por meio de exame vestibular realizado fora da Universidade, pela Fuvest. Atualmente o curso de Direito tem duração de 10 semestres letivos, oferecendo 450 vagas, distribuídas entre o curso matutino e noturno. Nos oito primeiros semestres os alunos têm todas as disciplinas gerais. Entretanto, os dois últimos semestres são reservados para um estudo mais profundo de uma destas cinco áreas: Direito Público, Penal, do Trabalho, de Empresas e Privado. A área escolhida para aprofundamento não

corresponde necessariamente à carreira que o profissional irá seguir, pois sua formação permite que ele trabalhe em qualquer área, sendo o diploma conferido o de bacharel em Direito, que habilita o formado ao ingresso na advocacia e na carreira pública, sendo juiz, promotor, procurador ou delegado de polícia. Frequentam anualmente a Faculdade de Direito da USP cerca de 2300 alunos da graduação, distribuídos pelos cinco anos. A Secretaria de Graduação está situada no primeiro andar do prédio sede, Largo de São Francisco, n. 95, Centro. As aulas do Curso de Graduação são ministradas nesse mesmo edifício.

Ciclo Básico: I Semestre: Introdução ao Estudo do Direito I, Economia I, Teoria do Estado I, Direito Romano I, Teoria Geral do Direito Privado I, Lógica e Metodologia Jurídica I; *II Semestre:* Introdução ao Estudo do Direito II, Introdução à Sociologia, Economia II, Teoria do Estado II, Direito Romano II, Teoria Geral do Direito Privado II, Direito Constitucional I, Lógica e Metodologia Jurídica II, Prática Esportiva.

Ciclo Institucional: III Semestre: Teoria Geral das Obrigações, Teoria Geral do Direito Comercial - Direito Comercial I; Teoria Geral do Direito Penal I, Direito Constitucional II, Teoria Geral do Processo I, Sociologia Jurídica, Direito Financeiro, História do Direito e do Pensamento Jurídico I; *IV Semestre:* Fontes das Obrigações: Teoria Geral dos Contratos e Contratos do Código Civil, Parte Especial do Direito Comercial - Direito Comercial II, Direitos Fundamentais, Teoria Geral do Direito Penal II, Teoria Geral do Processo II, História do Direito e do Pensamento Jurídico II. *V Semestre:* Fontes das Obrigações: contratos especiais, atos unilaterais, responsabilidade civil e outras fontes, Direito Comercial II - Parte Especial, Direito Penal I - Parte Especial, Direito do Trabalho I, Direito Processual Civil I, Teoria Geral do Direito Administrativo, Direito Internacional Público I. *VI Semestre:* Direitos Reais, Direito Comercial III - Parte Especial, Direito Penal II - Parte Especial, Direito do Trabalho II, Direito Processual Civil II, Direito Processual Penal I, Direito Administrativo - Parte Especial, Direito Internacional Público II. *VII Semestre:* Direito de Família, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal II, Direito Internacional Privado I, Filosofia do Direito I - Parte Geral, Direito Financeiro, Direito Tributário I. *VIII Semestre:* Direito das Sucessões, Direito Processual Civil IV, Direito Processual Penal III, Direito Internacional Privado II,

Filosofia do Direito II Parte Especial, Direito Tributário II, Medicina Forense I, Comportamento Humano Forense I, Direito Econômico I.

Disciplinas Optativas: I Semestre: Noções Práticas de Computação - diurno; *II Semestre:* Noções Práticas de Computação noturno; *VII Semestre:* Técnica de Negociação e Arbitragens I, Instituições Judiciárias I, Ciência Política; *VIII Semestre:* Técnica de Negociação e Arbitragens II, Instituições Judiciárias II, História das Idéias Políticas no Brasil.

Ciclo Complementar Disciplinas Obrigatórias: Área I Direito Político, Administrativo e Financeiro *IX Semestre:* Liberdades Públicas I, Administração Indireta, Direito Econômico, Organizações Internacionais. *X Semestre:* Atos Administrativos, Sistemas Políticos e Eleitorais, Direito Financeiro Aplicado, Liberdades Públicas II; *Área II* Direito Penal e Criminologia *IX Semestre:* Direito Penal III - Parte Especial, Temas Fundamentais de Direito Penal I, Direito Processual Penal IV - Parte Especial, Medicina Forense II; *X Semestre:* Direito Penal IV - Parte Especial, Criminologia II, Direito Processual Penal V - Parte Especial, Temas Fundamentais de Direito Penal II. *Área III* Direito Privado e Processo Civil *IX Semestre:* Direito Agrário, Direito Processual Civil (Procedimentos Especiais I), Direito Civil Aplicado I, Direito Falimentar, Medicina Forense III; *X Semestre:* Direito de Autor, Direito Processual Civil (Procedimentos Especiais II), Direito Civil Aplicado II, Medicina Forense IV. *Área IV* - Direito de Empresa *IX Semestre:* Direito Falimentar, Direito Econômico, Direito Tributário Aplicado I (Tributos Estaduais e Municipais), Direito Concorrencial, Direito Processual Civil em Matéria Empresarial I; *X Semestre:* Noções de Contabilidade Empresarial, Direito Tributário Aplicado II (Tributos Federais), Mercado de Capitais (Aspectos de Direito Privado), Direito Bancário, Direito Processual Civil em Matéria Empresarial II. *Área V* Direito do Trabalho e de Segurança Social *IX Semestre:* Teoria Geral do Direito do Trabalho I, Direito Individual do Trabalho I, Direito Coletivo do Trabalho I, Direito Processual do Trabalho I; *X Semestre:* Teoria Geral do Direito do Trabalho II, Direito Individual do Trabalho II, Direito Coletivo do Trabalho II, Direito Processual do Trabalho II.

Ciclo Complementar Disciplinas Optativas: IX Semestre: Direito Constitucional Estadual, Direito do Comércio Internacional, Legislação Penal Especial I,

Criminologia I, Direito da Segurança Social I, Infortúnística Médico-Forense (área de Direito do Trabalho), Direito Processual Internacional, Direito Processual Penal (Procedimentos Especiais I), Direito Processual Civil Aplicado I, Novas Tendências do Processo Civil, Direito do Menor I, Direito de Integração Econômica, Identificação Médico-Forense, Comportamento Humano Forense II, Direito do Consumidor I; X *Semestre*: Direito Municipal, Contratos Internacionais do Comércio, Arbitragem Comercial Internacional, Direito de Segurança Social II, Direito Internacional do Trabalho, Direito Econômico Aplicado, Direito Processual Penal Procedimentos Especiais II, Direito Processual Civil Aplicado II, Direito do menor II, Criminalística, Legislação Penal Especial II, Direito do Consumidor II.

6.2 Centro de Prática Jurídica Foi criado o Centro de Prática Jurídica, na Unidade, com o objetivo de coordenar e avaliar as atividades de estágio de prática jurídica obrigatório e integrante do currículo da Faculdade. Compõe-se o Ceprajur de seis docentes coordenadores, de dois docentes coadjuvantes e de dois representantes discentes. As atribuições dos coordenadores são distribuídas por três áreas, Direito Público (Direito Penal e Medicina Forense, Direito do Estado e Direito do Trabalho), Direito Privado (Direito Civil, Direito Comercial, Direito Internacional e Direito Econômico-Financeiro) e Direito Processual (Direito Processual, Filosofia e Teoria Geral do Direito). Dentre outras competências, caberá ao Ceprajur a organização e a divulgação de uma grade curricular completa, com observância da carga horária total mínima exigida de trezentas horas, abrangendo as disciplinas indicadas pelos Departamentos.

6.3 Curso de Pós-Graduação Desde 1972, a Faculdade de Direito oferece cursos de pós-graduação "stricto sensu" em todas as áreas do Direito. A Secretaria de Pós-Graduação, situada no terceiro andar intermediário do Edifício de Apoio da Faculdade de Direito, fornece informações como: elenco das disciplinas, corpo docente, horário dos cursos. As aulas do Curso de Pós-Graduação são ministradas nos segundo e terceiro andares intermediários desse mesmo prédio.

O curso de pós-graduação "stricto sensu" compreende dois níveis de formação: mestrado e doutorado. Para cada nível é exigido um número mínimo de créditos (65 para mestrado e 125 para doutorado).

As disciplinas oferecidas poderão ser cursadas como disciplinas da área de concentração ou da área complementar, sendo a área de concentração o

campo específico escolhido pelo candidato, no qual ele desenvolverá suas atividades de pesquisa, para a elaboração da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado. A área complementar é a que contém disciplinas consideradas necessárias ou convenientes para complementar a formação do candidato.

As áreas oferecidas são: Direito Civil, Direito Comercial, Direito Econômico e Financeiro, Direito do Estado, Direito Internacional, Direito Penal, Direito Processual, Direito do Trabalho, Filosofia e Teoria Geral do Direito, Medicina Forense (esta, apenas como área complementar).

É condição para a inscrição no curso de pós-graduação, "stricto sensu". a conclusão de curso de bacharelado em Direito, ou outro curso superior, a critério da Comissão de Pós-Graduação.

A inscrição será feita mediante requerimento ao presidente da Comissão de Pós-Graduação e a matrícula depende de seleção prévia, realizada por meio de uma entrevista com o orientador indicado pelo candidato e de um exame de proficiência em línguas estrangeiras (uma para o mestrado e duas para o doutorado), que são: inglês, francês, italiano e alemão.

Há dez vagas, para cada orientador titular ou associado, e quatro, para cada orientador doutor.

6.4 Curso de Especialização Estão sendo desenvolvidos esforços para a criação do Curso de Especialização, em nível de pós-graduação, que possibilitará a formação de especialistas, em algumas áreas do Direito. Esse curso será de interesse daqueles profissionais, que desejam aperfeiçoamento em suas atividades, sem a utilização dos cursos de mestrado e de doutorado, destinados, especificamente, à formação de docentes.

7 Biblioteca e Publicações

O Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Direito (SBD) possui um acervo de cerca de 290 mil volumes, com 2.083 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros. O SBD é constituído por uma Biblioteca Central, uma Biblioteca Circulante e dez bibliotecas departamentais, especializadas e agrupadas da seguinte forma: Biblioteca de Direito Econômico-Financeiro e Tributário; Biblioteca de Direito Penal, Direito Processual e Medicina Forense; Biblioteca de Direito Comercial -Waldemar Ferreira e Túlio Ascarelli; Biblioteca de

Direito Civil Eduardo Spínola; Biblioteca de Direito Internacional e Direito do Trabalho; Biblioteca de Direito do Estado e Filosofia do Direito.

O SBD edita várias publicações: o Boletim da Biblioteca, o Guia da Biblioteca, os Sumários Correntes de Direito, a Bibliografia Jurídica e, ocasionalmente, bibliografias especializadas.

Além disso, o SBD da Faculdade de Direito obteve, a partir de 1988, o *status* de Centro de Referência das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, recebendo gratuitamente essas publicações, que estão organizadas e à disposição dos interessados, para consulta, na Biblioteca Central da FDUSP.

O Serviço de Biblioteca e Documentação realiza, também, outros serviços, entre os quais a Comutação Bibliográfica, o empréstimo entre bibliotecas, o treinamento de seus usuários no uso das fontes de informação da área jurídica e a disseminação de artigos de periódicos por meio de um Serviço de Disseminação Seletiva da Informação, personalizado aos professores da Faculdade.

8 - Serviço Técnico de Imprensa

O Serviço Técnico de Imprensa é a mais nova das quatro áreas que compõem o organograma desta Unidade, aprovado pela Reitoria da Universidade de São Paulo. A idealização desta área que compreende cinco seções, além dos respectivos setores, foi concretizada em 07 de novembro de 1991 pelo então Diretor, professor doutor Antonio Junqueira de Azevedo.

A Chefia Técnica de Imprensa tem por objetivo coordenar todas as áreas junto ao Senhor Diretor, agindo diretamente em todas as seções e setores, além de intermediar entrevistas solicitadas pela imprensa em geral com o corpo docente desta Faculdade.

Dentre as seções, a mais expressiva é a Seção de Edição da Revista e Outros Periódicos que publica revista especializada na área do Direito, desde 1893, ininterruptamente. Por essa publicação e pelas referências à informatização é mantido um serviço de permuta nacional e internacional com inúmeras universidades e instituições do mundo todo.

9 - Cursos Extra-Curriculares e de Difusão Cultural

Os departamentos e institutos ligados à Faculdade de Direito da USP promovem anualmente cursos abertos a bacharéis em Direito e ao público em geral, sendo promovidos freqüentemente congressos nacionais e internacionais.

10 - Convênios e outras atividades

A Faculdade de Direito da USP mantém convênios culturais com universidades de diversos países, como a Università degli Studi di Roma "La Sapienza"; Facoltà di Giurisprudenza Dell'Università di Milano, Università di Napoli; Università degli Studi di Salerno Itália; Université de Droit, D'Economie et Sciences Sociales de Paris II; Université Paris X Nanterre; Université de Bordeaux; Université Lyon-2 França; New York University School of Law; Escola de Direito da Southern Methodist University; The University of Texas, em Austin; California State University em Northridge EUA; Universidade Nacional de La Plata Argentina; Universidade de Havana Cuba; Universidade de Barcelona; Universidade Complutense de Madri Espanha; Universidade da Nicarágua; Universidade Técnica de Lisboa; Universidade de Coimbra Portugal; Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto Angola; Escola de Direito da Guiné-Bissau - África; Universidade de Lagos - Nigéria; Universidade de Keio; Universidade de Hankuk - Japão; bem como convênios nacionais, com universidades e órgãos governamentais.

A modernização da Faculdade de Direito, nestes últimos anos, objetivou principalmente o ensino, onde várias inovações foram realizadas. Assim, por exemplo, a celebração de convênios de estágio para alunos, em escritórios particulares e entidades públicas. Esses estágios são considerados importantes, pois permitem dar ao aluno o conhecimento da prática e uma visão real da profissão, colocando-o em contato com as necessidades sociais do País.

Outra inovação na área do ensino na Faculdade de Direito é o estímulo que vem sendo dado para a realização de pesquisas na área jurídica. Seguindo esta filosofia de ensino, existem na Faculdade de Direito os seguintes setores, abaixo discriminados.

11 - Serviço de Aproximação Docente e Profissional (SADP)

O SADP mantém contatos com alunos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da USP, interessados em estágio remunerado ou em empregos. Por outro lado, mantém cadastro de várias empresas e escritórios interessados em estagiários e profissionais. Alunos e profissionais são diariamente recepcionados no SADP e, por meio de convênios, são encaminhados às empresas. O SADP é coordenado por professores da FDUSP

12 - Setor de Extensão e Pesquisas Universitárias e Bolsas

O objetivo deste Setor é despertar e incentivar vocações para as atividades da pesquisa científica no campo jurídico. Foram firmados convênios com a FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, para bolsas de iniciação científica destinadas à graduação, com a finalidade de desenvolver atividades de pesquisa, sob orientação e responsabilidade de pesquisador com titulação mínima de doutor. Com o CNPq Conselho Nacional de Pesquisa e CAPES Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pesquisa e Ensino foram firmados convênios para a área de pós-graduação.

O Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da FDUSP mantém convênio com a CAPES para bolsistas, com o objetivo de formar pesquisadores do Curso de Graduação na área de Direito.

13 - Serviços de Informática

A Seção de Informática, vinculada ao Serviço Técnico de Imprensa, foi criada com o intuito de dar suporte técnico e de desenvolver a área de informática da Faculdade de Direito, bem como para promover cursos de informática na área de ciências humanas. A Faculdade de Direito conta hoje com dois cursos regulares, ministrados por professores do Instituto de Matemática e Estatística, sendo um deles curricular e optativo, oferecido aos calouros, e outro extra-curricular, oferecido a alunos do 2º ao 5º ano do Curso de Graduação e a alunos do Curso de Pós-Graduação.

Para ministrar esses cursos, a referida Seção conta com uma sala, contendo vinte microcomputadores ligados em rede e duas impressoras. Esta sala é

mantida pela Pró-Reitoria de Graduação por meio do Programa denominado Sala Pró-Aluno e conta com o apoio técnico do Centro de Computação Eletrônica da USP e também da Seção de Informática da Faculdade de Direito. Fora do horário de aulas, essa sala é para uso diário dos alunos de Graduação e de Pós-Graduação.

Além desta, a Seção mantém uma sala de Coordenação; esta sala tem como objetivo atender a professores, funcionários, alunos de Graduação e de Pós-Graduação, para esclarecimento de dúvidas, apoio científico e didático, sendo que a medida do possível elabora apostilas dos principais softwares utilizados por seus alunos, como, por exemplo, o editor de textos Word 97.

A Seção cuida também das Redes administrativas (Rede Astir) e científicas (Rede USP) desta Unidade, atualmente com a modernização dos Computadores de Grande Porte da USP, e de projetos elaborados pela Universidade de São Paulo. Está sendo implementado a *USPnet* na Unidade, que será responsável por todo processamento científico e administrativo de todas as Unidades da USP, em substituição das atuais Redes USP e Astir.

Pela *USPnet* será possível, praticamente a todos os computadores instalados na Unidade, o acesso à Rede Mundial Internet, além da troca de mensagens e de arquivos, por todos os departamentos e seções da Faculdade.

Cabe ressaltar que as referidas Salas estão localizadas no Prédio Anexo da Faculdade de Direito, no 1º pavimento intermediário, e a Seção integra o quadro da área do Serviço Técnico de Imprensa e Propaganda, composta por várias seções e setores, sendo expressiva a Seção de Edição da Revista e Outros Periódicos, na qual se publica a *Revista da Faculdade de Direito*, desde 1893, boletins, relatórios, etc.

14 - Serviços à Comunidade

Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto

Este órgão estudantil, por meio de convênio com o Departamento de Direito Processual da FDUSP, presta serviços de assistência judiciária gratuita aos necessitados, sob a orientação dos professores desse Departamento. Endereço: Praça da Sé, n. 62, 17º andar.

15 Organizações Estudantis

Durante toda a vida da Faculdade de Direito, desde 1828, os estudantes sempre mantiveram uma intensa atividade associativa, voltada a atividades políticas, artísticas, esportivas etc.

Entre as associações atualmente existentes, estão o Centro Acadêmico XI de Agosto, fundado em 1903, o Coral Acadêmico XI de Agosto, a Academia de Letras dos Alunos da Faculdade de Direito e a Associação Atlética XI de Agosto.